

## ***Quilombolas e políticas públicas: percepções das comunidades do território vão grande em Barra do Bugres-MT***

Entender como as políticas públicas são fundamentadas e seu impacto na sociedade é um desafio para muitas áreas de estudos no Brasil, torna-se uma tarefa árdua quando essas políticas são voltadas para determinados grupos, como as comunidades quilombolas. Diante disso, ainda existem algumas lacunas entre o que é realizado e o que o cidadão realmente percebe em sua efetividade. Nesse aspecto, o estudo objetivou identificar a percepção das políticas públicas nas comunidades quilombolas do território "Vão Grande" em Barra do Bugres-MT. O percurso metodológico utilizado foi baseado na pesquisa quali-quantitativa, com a escolha dos sujeitos feita por meio da técnica de amostragem Snowball (bola de neve) e os dados coletados a partir da aplicação de questionário semiestruturado, tabulado, transcrito e analisado com base no recorte teórico que orienta a presente pesquisa. Com base no resultado da pesquisa é possível concluir que diversas políticas públicas de infraestruturas são implantadas nas comunidades, como, por exemplo, o fornecimento de energia elétrica, água, escolas. Contudo, os moradores declararam não participar de nenhuma política que incentive a vida no meio rural, tornando as condições de permanência no campo mais difíceis, haja vista que a maioria dos entrevistados se sente esquecido/abandonado em razão das dificuldades com transporte, estrada, saúde e geração de renda.

**Palavras-chave:** Povos Tradicionais; Políticas Setoriais; Rural.

## ***Quilombolas people and public policies: perceptions of residents of the territory of communities vão grande in Barra do Bugres - MT***

Understanding how public policies are grounded and their impact in society is a challenge to many fields of study in Brazil; it becomes an arduous task when these policies focus on certain groups, such as quilombola communities. In face of that, there are still some gaps between what is accomplished and what the citizen truly realizes in its effectiveness. In this regard, the aim of the present study is to identify the perception of public policies in quilombola communities of the territory "Vão Grande", in Barra do Bugres-MT, Brazil. The methodological path pursued was based on the qualitative and quantitative research. The subjects were chosen following the Snowball sampling technique, and data was collected from a semi-structured questionnaire, which was tabulated, transcribed and analyzed considering the theoretical cut that guides this research. Based on the outcome of this study it is possible to conclude that various infrastructure public policies are implanted in the communities, such as the supply of electric power, water, and schools. However, local residents stated that they did not participate in any policy that encourages rural life. This makes the conditions to stay in the field more difficult, given that most of the interviewees feel forgotten/abandoned, because of the difficulties with transportation, road, health and income generation.

**Keywords:** Traditional Peoples; Sectorial Policies; Rural.

Topic: **Química Agrícola e Ambiental**

Received: **18/04/2016**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Approved: **20/05/2016**

**Amanda Loiola de Carvalho**

Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/3117914364756056>  
[msc.amandalc@gmail.com](mailto:msc.amandalc@gmail.com)

**Raimundo Nonato Cunha de França**

Universidade Estadual do Mato Grosso, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/1084147613800807>  
[raimundofranca@unemat.br](mailto:raimundofranca@unemat.br)



DOI: 10.6008/SPC2179-6858.2017.001.0015

**Referencing this:**

CARVALHO, A. L.; FRANÇA, R. N. C.. Quilombolas e políticas públicas: percepções das comunidades do território vão grande em Barra do Bugres-MT. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v.8, n.1, p.171-178, 2017. DOI: <http://doi.org/10.6008/SPC2179-6858.2017.001.0015>

## INTRODUÇÃO

No Brasil as políticas públicas têm sido, ao longo das últimas duas décadas, objeto de intenso debate em diferentes esferas da vida social como, por exemplo, nos meios de comunicação, nos discursos políticos, nas plataformas dos partidos, propostas de governo e nas várias reclamações populares. O termo política pública virou quase uma palavra mágica, bem como objeto de muitas polêmicas, especialmente quando estas são pautadas para os chamados grupos “minoritários”: as mulheres, idosos e negros.

De acordo com Souza (2007), as políticas públicas surgem inicialmente como área de conhecimento e disciplina acadêmica nos Estados Unidos, com o objetivo de estudar as ações do governo e seus desdobramentos nas diferentes nuances da vida social. No Brasil, as intenções das políticas públicas foram direcionadas para as proposições das formas de governar, pois o autor destaca que decidir não colocar em prática as ações também é uma política pública.

No âmbito das discussões sobre políticas públicas, outra vertente que tem ganhado relevância é o estudo da percepção das políticas públicas quanto à sua efetivação. Nem sempre tal empreendimento é fácil de ser realizado, dado que os estudos da percepção envolvem um emaranhado de fatores, da administração à psicologia, e passam inevitavelmente pelos elementos sensitivos e pela produção dos sentidos.

Ao discutir políticas públicas faz-se necessário entender como essa percepção é formada, a partir de quais aspectos é difundida por cada pessoa. Dessa forma, Penna (1997) aborda que perceber é o mesmo que conhecer objetos e situações através dos sentidos, envolvendo proximidade do objeto, considerando tempo e espaço. Leão (2006) aborda que percepção remete a uma suposição do real, que nada mais é do que aquilo que é percebido, ou seja, uma posição empirista.

Embasado em ideias filosóficas, Chauí (1999) resume entre outros conceitos, que percepção envolve um mundo qualitativo, significativo, estruturado, no qual cada pessoa associa a um fato ou coisas percebidas, sentidos ou novos valores, pois essa interação faz parte de sua vida, cotidiano, ou seja, a vivência no mundo. Complementando esse pensamento, Gaspari e Schwartz (2005) apontam que a percepção é justificada pela crença numa realidade exterior juntamente com um sentimento de objetividade, ao mesmo tempo que acompanha o juízo de exterioridade, portanto, uma junção do que o indivíduo viveu ao longo de sua história e as experiências formais e/ou informais de visão de mundo.

Dessa maneira, quando algo exterior implica em mudanças na vida do sujeito, este fato é percebido de alguma forma, seja positiva, negativa ou inexistente. Nesse contexto, se encaixa a aplicação das políticas públicas, pois impactam de certa forma a rotina da sociedade. Definir políticas públicas envolve uma série de conceitos que procuram explicar o motivo destas se fazerem necessárias ou existirem. Neste sentido, Silva (2007) elenca algumas definições de importantes pensadores, como: Mead (1995) afirma que as políticas públicas integram um campo dentro da própria política. Lynn (1980) aborda que são as ações do governo que produzirão ações específicas. Porém a definição mais aceita, se encaixa na visão de Laswell(1936), destaca que as políticas públicas implicam em responder “Quem ganha o quê?”, “Por quê?” e “Que diferença faz?”. Dentro desse debate, várias são as formas para tentar explicar as ações, no entanto, a generalização

se resume em entender que o todo é mais importante que a soma das partes e suas atuações repercutem na economia e na sociedade em geral.

Corroborando com esse pensamento, Cunha (2008) destaca que é papel do Estado regular e aplicar as políticas públicas, mas cabe ao cidadão prover escolhas, decisões e preferências a respeito dessas aplicações, pois afetam toda a população. Diante disso, as políticas devem atender a necessidade coletiva.

Foram criados alguns modelos com o intuito de entender melhor como as políticas públicas funcionam para explicar porque o governo pratica ou não determinada ação. Nesse sentido, Souza (2007) aponta os principais modelos que compreendem as ações das políticas. A primeira é classificada como distributiva, em que as decisões são tomadas pelos governos desconsiderando os recursos limitados, com foco em determinados grupos sociais ou regiões, gerando impacto no todo. Em seguida, as políticas regulatórias, que incluem processos burocráticos, políticos e grupos sociais. A terceira linha denomina-se redistributiva, também conhecida como políticas sociais universais que abrange um maior número de pessoas. A quarta diz respeito às políticas constitutivas que lidam com procedimentos. Dentro dessa classificação, cada política será direcionada para uma área gerando diferentes pontos de vetos e apoio, bem como diversos resultados dentro de um sistema político.

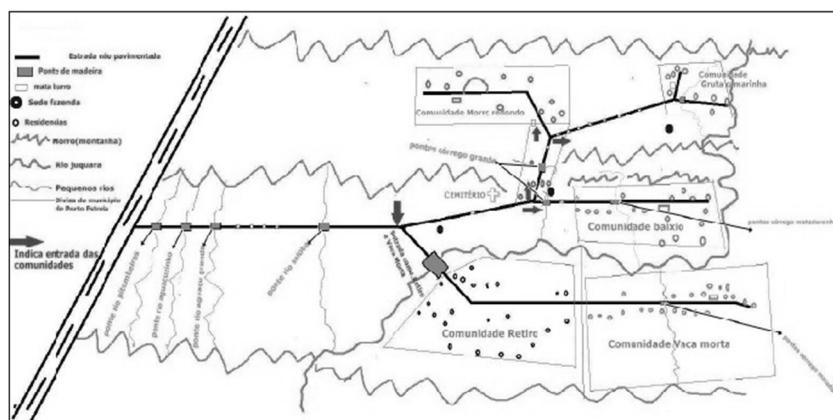
Nesse aspecto, entender como as políticas públicas são fundamentadas e seu impacto na sociedade é um desafio para muitas áreas de estudos no Brasil, torna-se uma tarefa árdua quando essas políticas são voltadas para uma determinada classe da população, como comunidades rurais, povos indígenas e quilombolas, nas quais necessárias é necessário um cuidado maior na formulação e aplicação das mesmas, uma vez que englobam uma classificação abrangente, envolve diversidade social advinda de experiências, trabalhos, sociabilidade, troca cultural, laços familiares e interação com o meio ambiente. (GALINDO, 2012, p.3).

Essas especificidades, das comunidades rurais, devem ser consideradas na formulação e aplicação das políticas, porém, como as pessoas percebem essa aplicação? Como identificam o acesso às políticas públicas? Reconhecem essas ações? Diante de tais questionamentos, o estudo objetiva identificar a percepção das políticas públicas pelos moradores da comunidade quilombola do território “Vão Grande” em Barra do Bugres-MT.

O estudo é parte integrante de uma pesquisa de dissertação de mestrado sobre sucessão rural em comunidades quilombolas, justifica-se pela busca em conhecer a realidade de comunidades quilombolas na região de Barra do Bugres-MT, relacionado ao acesso à políticas públicas, assim como evidenciar as principais percepções dos moradores sobre o tema, com o intuito de destacar a importância das comunidades tradicionais para o meio rural e para o país, visto que as comunidades quilombolas representam uma parte da diversidade cultural e social no Brasil. Cabe salientar que também torna-se importante às autoridades locais, no intuito de obter dados para fomento e implantação de políticas adequadas para os quilombolas do território “Vão Grande”.

## METODOLOGIA

O município de Barra do Bugres, localizado na Bacia do Alto Paraguai, mesorregião Centro Sul de Mato Grosso, é banhado pelo Rio Bugres e Rio Paraguai, e está a 150 km da capital do Estado Cuiabá. No município estão localizadas as comunidades quilombolas do território “Vão Grande” (Figura 1), de acordo com Silva (2014) a formação dessas comunidades iniciou com a fuga dos escravos das senzalas, que encontraram uma chance para recomeçar em lugares de difícil acesso. Povoaram a região, formando pequenos quilombos e permanecem no local desde o século XIX. A região é composta por cinco comunidades quilombolas e aproximadamente 90% dos moradores são parentes dos primeiros habitantes da região (SEPLAN, 2015).



**Figura 1:** Croqui da localização das comunidades do território Vão Grande.

O estudo foi realizado a partir da pesquisa quali-quantitativa, pois envolvem técnicas qualitativas, como o estudo de caso, e quantitativa como amostragem aleatória simples (GOLDENBERG, 2009; BABBIE, 1999, 2001). Os moradores foram selecionados pela técnica de amostragem *Snowball* (bola de neve), considerada não probabilística e é utilizada em pesquisas onde os primeiros participantes indicam novos participantes para fazer parte do universo do estudo, e estes, por sua vez, indicam outras pessoas e assim sucessivamente até haver a repetição das indicações dos sujeitos, concluindo quando atingir o chamado “ponto de saturação” que, de acordo com Wha (1994), é alcançado quando os novos entrevistados repetem os dados já obtidos em entrevistas anteriores e não acrescentam novas informações pertinentes a pesquisa.

Adotou-se essa técnica por ser a mais apropriada diante da exiguidade de tempo e recursos para um estudo que envolve 63 famílias distribuídas em cinco comunidades: Comunidade Baixo, composta por 16 famílias; Comunidade Morro Redondo, com 23 famílias; Comunidade Gruta Camarinha, contendo 5 famílias, Comunidade Retiro composta por 10 famílias e Vaca Morta, por 9 famílias.

Os dados foram coletados a partir da aplicação de formulários semiestruturados, tabulados, transcritos e analisados a partir do recorte teórico que orienta a presente pesquisa. Para averiguar e acompanhar os padrões éticos e morais a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), cadastrada no sistema Plataforma Brasil, com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), obteve aprovação sob número 52915316.7.0000.5166.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um das definições mais difundidas pela antropologia sobre o conceito de Quilombo é aquela que o identifica como o território rural em que estão reunidos descendentes de escravos e afrodescendentes que praticam cultura de subsistência e preservam suas manifestações culturais com base nas tradições passadas. Ainda assim, há muitos outros autores que o interpretam como conceito dinâmico, cuja identidade é construída a partir do território e suas conflitividades (SCHIMITT, 2002).

As comunidades quilombolas fazem parte de um programa social intitulado Brasil Quilombola, lançado em 12 de março de 2004, que aborda as políticas públicas criadas pelo Estado para áreas quilombolas. Essas ações estão divididas por áreas que abrangem o Eixo 1 – políticas voltadas para o acesso à terra, focando na execução e acompanhamento dos processos de regularização e certificações de terras quilombolas, correspondendo aos títulos de posse da terra tradicionalmente ocupadas.

As ações são direcionadas para a infraestrutura e qualidade de vida das comunidades no Eixo 2, o que inclui a destinação de mecanismos efetivos para saneamento básico, habitação, comunicação, eletrificação, equipamentos sociais visando atender as demandas de saúde, educação e assistência social aos moradores.

O Eixo 3 preocupa-se em apoiar o desenvolvimento produtivo nas comunidades, assim como a autonomia econômica sustentando a identidade e a cultura quilombola, considerando os recursos naturais presentes no território, com o intuito de oferecer sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica.

O Eixo 4 trata dos direitos e cidadania dos quilombos, com o objetivo de fomentar iniciativas para garantir os direitos provindos de diferentes órgãos públicos e organizações, considerando aspectos como: situações de difícil acesso, impacto de grandes obras, questões relacionadas a conflitos agrários, falta de acesso a água, energia elétrica e localidades sem escolas.

### Estudo de Caso nas Comunidades Quilombolas do Território Vão Grande

Nas comunidades quilombolas, do território Vão Grande em Barra do Bugres, a renda oscila entre 1 a 2 salários mínimos por família, das quais 17 delas possui de 1 a 5 indivíduos e 9 famílias entrevistadas possuem de 6 a 10 indivíduos. Desde a origem as famílias atuam na agricultura de subsistência, e têm como principais produtos: a banana, feijão, arroz, milho frutas em geral e criações de bovinos e suínos, comercialização de produtos por atravessadores, bem como do de auxílio bolsa-família e de aposentadorias. Em todas as comunidades há o fornecimento de energia elétrica, escolas e água, advinda de uma mina da própria localidade.

Os dados acima mencionados revelam que a Comunidade Quilombola Vão Grande apresenta um perfil de renda semelhante à outros cenários rurais brasileiros. No entanto, é preciso considerar que, neste caso, a composição da renda é bastante heterogênea, provinda de atividades agrícolas e transferências diretas do governo, por meio do Programa Bolsa Família e das aposentadorias. Outro dado importante

obtém-se ao relacionar a renda ao número de pessoas por famílias que, a rigor, destoa de outros cenários rurais pesquisados, cuja média é de aproximadamente três pessoas por famílias.

No tocante às questões de ordem produtiva, observa-se que há grande diversidade das atividades, cujo intuito é autossustentabilidade, cujo excesso daquilo que é produzido também é comercializado na comunidade, por atravessadores.

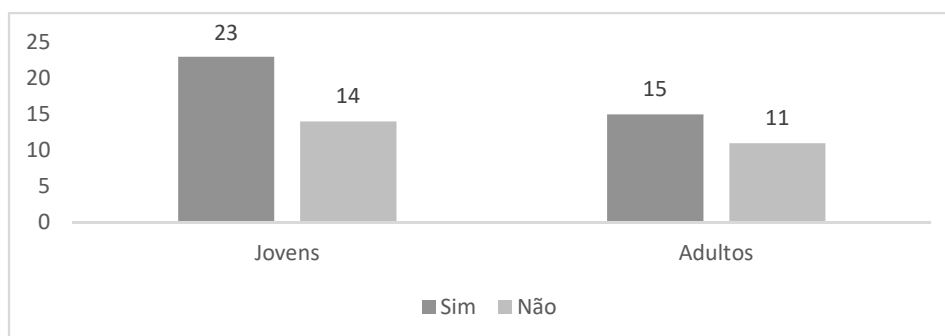
A primeira questão da entrevista, relativa às políticas públicas foi: **“Sua família faz parte de alguma política pública que incentive a vida no campo?”**

As respostas dos entrevistados foram unânimes, nenhum dos participantes citou participar de políticas que incentivem a vida no campo, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ou mesmo políticas de Assistência Técnica. A ausência destas políticas dificulta a comercialização dos produtos, bem como a própria aquisição do Selo Quilombo, uma iniciativa que identifica os produtos de origem quilombola, fortalecendo a qualificação dos produtos.

Contudo, um dos condicionantes, para que haja participação dessas comunidades em programas de fortalecimento da agricultura familiar, é a Declaração de Aptidão ao Pronaf –DAP, uma espécie de “identidade do agricultor familiar”, desde que atendidos os requisitos legais conforme prevê a legislação (BRASIL, 1995).

Alguns autores destacam a importância destes sistemas para a agricultura familiar no combate à pobreza, na segurança alimentar e conservação dos recursos naturais, visto que as dificuldades advindas de burocracias para a aquisição do DAP atrapalham a inserção das comunidades tradicionais nas políticas mencionadas (PALUDO; COSTABEBER, 2012). Para identificar a percepção dos moradores sobre as políticas voltadas apenas para as comunidades quilombolas, foi feita a seguinte questão: **“Sua família conhece ou participa de algum programa do governo que beneficie comunidades quilombolas?”**

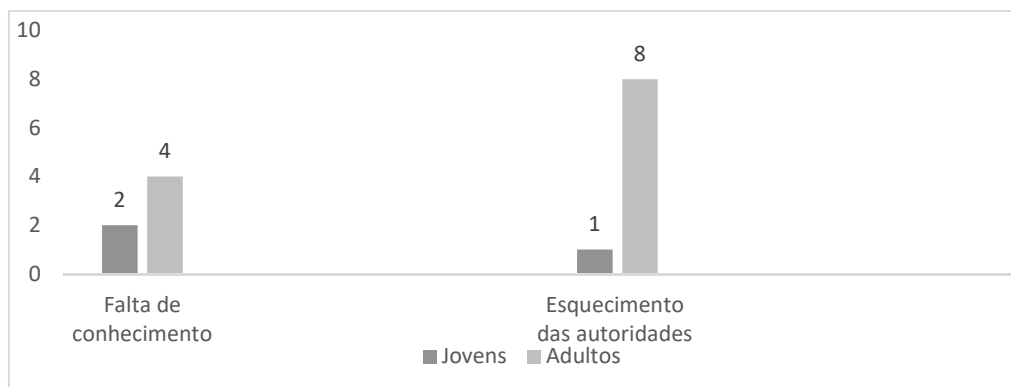
Dos 63 entrevistados, 23 jovens e 15 adultos responderam saber que a Educação Quilombola é a única política pública direcionada à comunidade. (Figura 2). Os demais entrevistados (25) afirmaram não conhecer políticas públicas relacionadas à comunidade.



**Figura 2:** Conhecimento sobre políticas para comunidades quilombolas

Ao questionar os motivos de não conhecer as políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas, 9 participantes apontaram sentir-se esquecidos pelas autoridades competentes e por conta

desse fator as políticas são precárias nas comunidades. E seis entrevistados alegaram não conhecer as políticas para as comunidades quilombolas (Figura 3).



**Figura 3:** Motivo por não perceber as políticas públicas para comunidades quilombolas.

Constatou-se que há uma sensação de descaso por parte das autoridades competentes da região e do Estado. Muitos apontaram sua insatisfação com as seguintes palavras: “esquecimento” e “abandono” direcionando também para os problemas de infraestrutura como, por exemplo, estradas, transporte, saúde e geração de renda nas comunidades.

As figuras 2 e 3 mostram dados relevantes quanto à percepção em relação às políticas públicas, mas, também as contradições, bem como a dificuldade dos moradores em identificar as Políticas Públicas, pois em nenhum momento houve menção, por parte dos entrevistados, do reconhecimento do Território Vão Grande como um território Quilombola e, portanto, uma Política Pública. Além disso, nota-se certa passividade em relação à espera por uma ação estatal.

Dessa forma, os dados também evidenciam que a falta de informações dificulta o acesso dessas pessoas aos seus direitos. Sobre essa perspectiva, Santos e Dorla (2008) apresentam concepções semelhantes em estudos realizados em Minas Gerais, apontam que em uma esfera federal há preocupação na aplicação de políticas voltadas para quilombolas, porém a nível local esse objetivo não é perceptível. Tal informação é muito importante porque as políticas em nível de Brasil, em especial para as populações quilombolas, têm sido efetivadas pela União, enquanto que os estados e municípios têm das mesmas.

## CONCLUSÃO

O estudo revelou que a percepção de Políticas Públicas pela comunidade do território quilombola Vão Grande é bastante difusa, isto é, a comunidade apresenta dificuldade na identificação clara de quais são as políticas públicas executadas no território, especialmente àquelas direcionadas para Quilombos. Aponta-se certa passividade em relação à espera de uma ação do Estado quanto à provocação por parte da comunidade. Além disso, observou-se incongruência no tocante à identificação quando foram feitas as referências ao DAP como um dos requisitos essenciais para o acesso às políticas governamentais. Entretanto, é preciso ponderar em relação aos dados encontrados, posto que há necessidade de estudos mais amplos e longitudinais para determinar em que direção caminha a percepção de Políticas Públicas das comunidades que compõem o Território Vão Grande, dado que esperamos obter em próximos estudos.

## REFERÊNCIAS

BABBIE, E.. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. V.; CARVALHO, M. C. P.. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. In: **Ambiente & Sociedade**, v.5, n.10, 2002.

CUNHA, E. S.. Políticas públicas Sociais. In: CARVALHO, A.; SALLES, F. G.; UDE, W.. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CHAUI, M.. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

GALINDO, E.. Em pauta: a juventude do rural e as políticas públicas. In: MENEZES; STROPASSOLAS; BARCELLOS. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. p.122-132.

GASPARI, J. C.; SCHWARTZ, G. M.. The elderly and the emotional resignification of leisure. **Psic.: Teor. e Pesq.**, v.21, n.1, p.69-76, 2005.

GOLDENBERG, M.. **A arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LEÃO, A.. Compreendendo a Atmosfera de Relacionamento Sob a Ótica da Fenomenologia da Percepção: Um Estudo de Caso de um Relacionamento Didático. In: ENCONTRO DE MARKETINING DA ANPAD. **Anais**. 2006.

SANTOS, A.; DOULA, S. A.. Políticas públicas e quilombolas: questões para debate e desafios à prática extensionista. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v.15, n.16, 2008.

SILVA, M. M.. **Educação escolar quilombola comunidades quilombolas do território quilombola de Vão Grande, Barra do Bugres - MT**: percepções e significados sobre a E.E José Mariano Bento. Cáceres. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2014.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas**. Brasília: SEPPIR, 2015.

MATO GROSSO. Secretaria do Estado de Planejamento. Barra do Bugres: SEPLAN, 2015.

SOUZA, C.. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G.. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: EdFIOCRUZ, 2007.

PALUDO, R.; COSTABEBER, J. A.. Sistemas agrofloretais como estratégia de desenvolvimento rural em diferentes biomas brasileiros. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v.7, n.2, p.63-76, 2012.

PENNA, A. G.. **Percepção e realidade**: introdução ao estudo da atividade perceptiva. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

WHA. World Health Association. **Qualitative Research for Health Programmes**. Geneva: WHA, 1994.